ISSN: 2594-6153

Segurança Pública Portuária, CONPORTOS e o Papel da Guarda Portuária

Alex Rodrigues Feitosa[1], Fabíola Andrea Chofard Adami[1], Nelson Speranza Filho[1,2,3,4]

[1]Universidade Santa Cecília (UNISANTA), Santos-SP, Brasil
[2]Faculdade de Direito de São Vicente (UNIBR), São Vicente-SP, Brasil
[3]Faculdade de Direito de Bertioga (FABE), Bertioga-SP, Brasil
[4]Faculdade de Direito de Peruíbe (FPbe), Peruíbe-SP, Brasil

E-mail: feitosa.iron883@gmail.com

Resumo: O presente trabalho científico tem como temática a importância da Guarda Portuária na segurança pública portuária, questão extremamente relevante diante do atual cenário globalizado em que até a criminalidade atua de maneira internacionalizada. Diante disso, objetiva-se analisar o papel da Guarda Portuária em meio aos órgãos participantes da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS), sua importância como Autoridade Portuária e parte integrante do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Para tanto foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e documental, valendo-se dos métodos dedutivo e sistêmico para a análise dos dados coletados. Verifica-se que a Guarda Portuária é um importante ator no processo de governança da segurança pública portuária, notadamente a relativa do Porto de Santos, dada sua relevante participação nas mais diversas ações de policiamento ostensivo.

Palavras-chave: Segurança Pública Portuária; CONPORTOS; Guarda Portuária; Autoridade Portuária.

Public Port Security, CONPORTS and the role of the Port Guard

Abstract: This paper has as its theme the importance of the Port Guard in public port security, an extremely relevant issue given the current globalized scenario in which even criminality operates internationally. Therefore, the objective is to analyze the role of the Port Guard in the midst of the participating bodies of the National Commission for Public Security in Ports, Terminals and Waterways (CONPORTOS), its importance as a Port Authority and an integral part of the Single Public Security System (SUSP). For this purpose, bibliographic and documentary research was developed, using deductive and systemic methods for the analysis of the collected data. It appears that the Port Guard is an important actor in the governance process of public port security, notably the relative of the Port of Santos, given its relevant participation in the most diverse actions of ostensive policing.

Keywords: Public Port Security; CONPORTOS; Port Guard; Port Authority.

Introdução

Este trabalho científico visa analisar o papel da Guarda Portuária junto à Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS) e Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), por ser temática de extrema importância em relação ao direito humano à segurança pública e ao processo de governança de segurança

pública portuária, detalhado no Plano Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (PNSPP) [1].

O PNSPP, foi criado em 1995, através do decreto 1.507 de 30 de maio, sendo estruturado em três capítulos: missões, atribuições e compromissos e tendo por objetivo [1] "aperfeiçoar o sistema de segurança pública nos portos, terminais e vias navegáveis, visando reprimir e prevenir o crime e a impunidade, aumentando a segurança e a tranquilidade dos mesmos, com diminuição do 'custo Brasil'". Mas somente em 2 de dezembro de 2002 teve seus protocolos aprovados pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS) [2], um ano após aos ataques terroristas às torres gêmeas de Nova York, nos Estados Unidos, que causaram a adoção de mecanismos de segurança mais rígidos em portos e aeroportos, sendo necessária a atuação conjunta de diversos órgãos no processo de governança de segurança pública portuária, estando dentre eles a Guarda Portuária (GPort).

Diante disso, desenvolve-se pesquisa bibliográfica e documental, valendo-se dos métodos dedutivo e sistêmico para a análise dos dados coletados.

Objetivo: O presente estudo tem por objetivo demonstrar a importância das ações ostensivas da Guarda Portuária e como impactam diretamente para a segurança do porto, mitigando o conflito porto/cidade e propiciando maior segurança à sociedade como um todo.

Material e métodos

Para a coleta dos dados foram utilizados os métodos bibliográfico e documental, de modo a serem colhidas informações de obras da doutrina pátria sobre o assunto e dados quantitativos de relatórios emitidos pela Polícia Federal e Guarda Portuária.

Em relação à análise dos referidos dados, foram utilizados os métodos dedutivo e sistêmico, valendo-se como premissas o papel da Guarda Portuária no policiamento ostensivo dos portos federais, principalmente o de Porto de Santos, e seu desempenho frente aos objetivos do PNSPP, que norteia as ações de governança em relação à segurança pública portuária no Brasil, sistema que pauta toda a análise realizada no presente trabalho.

Resultados

As ações da CESPORTOS em conjunto com os entes privados têm demonstrado a eficácia no combate aos ilícitos penais no Porto de Santos e em apreensões de drogas. O cerco criado através de câmeras inteligentes, scanners e sistemas de biometria ajudaram o Porto de

Santos a alcançar números recordes de apreensões. Os resultados obtidos mostram o crescimento exponencial, conforme é visto no gráfico 1, das apreensões de cocaína no Porto de Santos, droga de maior valor comercial, realizados pelo DPF o que demonstra a importância de investimentos nas áreas de tecnologia e inteligência. Os dados constantes nos gráficos e figuras a seguir foram coletados diretamente pelos autores nos sistemas das autoridades portuárias.



Gráfico 1 *apreensões de cocaína nos portos organizados realizados pela Polícia Federal*

Porto	UF	APREENSÃO DE COCAÍNA, POR DELEGACIA - 2014 A 2019					
		2014	2015	2016	2017	2018	2019
ITAJAÍ	SC	246,6	46,0	2.215,0	370,6	459,0	4.133,0
JOINVILLE	SC	580,0		983,5	625,7		235,0
PARANAGUÁ	PR	24,2		556,7	845,0	4.754,5	21.554,0
RIO GRANDE	RS	26,6			267,0		22,3
RECIFE	PE	181,1	33,0		224,7		808,2
RIO DE JANEIRO	RJ	491,4			1.166,6	1.611,4	755,5
SANTOS	SP	1.867,4	1.463,5	10.606,7	12.188,1	23.832,1	27.667,3
SALVADOR	BA	1.297,3		810,0	2.022,2	1.662,0	3.383,0
VITÓRIA	ES	91,8			618,0		175,0
NATAL	RN						5.645,6
FORTALEZA	CE						930,0
BELÉM	PA						1.462,0
ILHÉUS	BA						
		4.806,39	1.542,54	15.171,86	18.327,78	32.319,02	66.770,82

Tabela 1 *volumes de apreensões nos portos públicos*

O trabalho realizado pela Guarda Portuária (GPort) se destaca por sua atuação ostensiva, pela tabela 2, observa-se que os atendimentos mais demandados são os de escolta de cargas e os acidentes de trânsito, demonstrando sua contribuição junto aos órgãos municipais de trânsito. Outro importante serviço que se destaca são os atendimentos a incêndios. A GPort Santos faz parte do Plano de Ajuda Mútua (PAM), previsto na Norma Regulamentadora 9 do Ministério do Trabalho, apoiando os Corpos de Bombeiros nas cidades de Santos e Guarujá. Os dados constantes na tabela a seguir foram coletados diretamente pelos autores nos sistemas das autoridades portuárias.

LEVANTAMENTO DE OCORRÊNCIAS - 2014 a 2019						
TIPOS DE OCORRÊNCIAS	2014	2015	2016	2017	2018	2019
ROUBO	15	16	17	17	8	7
FURTO	69	93	88	71	84	93
ESCOLTA	1567	3255	2353	2125	2763	3856
APREENSÃO DE DROGAS	5	8	4	6	8	6
INCÊNDIOS	27	19	21	23	24	32
ACIDENTE DE TRÂNSITO	221	274	305	358	385	302

Tabela 2 *Ocorrências da Guarda Portuária de Santos*

Discussão

Após os ataques às torres gêmeas no 11 de setembro, foi desenvolvido então o *International Ship and Port Facility Security Code* (ISPS-CODE) [3], que passou a vigorar em 1º de julho de 2004 e, em 2009, com o aumento de outras ameaças a IMO passou a investir em ações de proteção, além do terrorismo, mas agora também com foco na pirataria e roubo contra navios.

O PNSPP veio então de encontro aos anseios internacionais com o maior rigor no controle de acesso e proteção dos terminais e navios mercantis, dentro desse foco o Brasil estabeleceu em seu plano missões, atribuições e compromissos a serem executadas em mútua colaboração entre os órgãos governamentais, entidades privadas e sociedade civil. Conforme consta em sua resolução a CONPORTOS tem por missão [1], elaborar e implementar o sistema de prevenção e repressão a atos ilícitos nos portos, terminais e vias navegáveis. Dentre as suas atribuições estão a de baixar normas e elaborar projetos específicos em nível nacional sobre segurança pública nos portos, terminais e vias navegáveis e, por via Diplomática, buscar junto à Organização Marítima Internacional (IMO) assistência técnica e financeira de países doadores e instituições financeiras internacionais.

A nível estadual existe as Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CESPORTOS). A Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ), compõe o colegiado como membro convidado. Dentre suas atribuições compete a CESPORTOS [1], implantar sistemas de prevenção e repressão a atos ilícitos nos portos, terminais e vias navegáveis.

Este plano foi pioneiro no Brasil em elencar diversos órgãos para sua composição com um único intento, de salvaguardar e proteger as instalações e navios, bem como controlar a entrada e saída de mercadorias e pessoas pelos portos brasileiros. O PNSPP foi uma obrigatoriedade imposta pelo Governo Brasileiro e não foi decorrente da Convenção IMO, pois o plano foi lançando 10 dias antes da criação do ISPS-CODE.

Cabe a GPort a missão ostensiva de policiar e fiscalizar a entrada de veículos e pessoas nos portos brasileiros, através de convênios e portarias entre os diversos atores responsáveis pela segurança pública portuária, a GPort é parte fundamental para que o ISPS-CODE seja executado nos portos. Dentre suas atribuições está a de fiscalização de trânsito nas áreas do porto através do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), lei 9.503/1997, através de convênios com os Municípios o agente ficará incumbindo de lavrar autos de infração de trânsito. Outra missão realizada pela GPort se dá através da portaria ALF/STS Nº 200 da Receita Federal, a GPort realiza o credenciamento de veículos e pessoas com o recolhimento e análise da biometria de quem irá acessar o cais santista. Todas essas atribuições fazem com que a GPort seja um importante ator no processo de governança de segurança pública portuária.

Conclusões

O PNSPP tem grande importância para os portos brasileiros, pois sem o cumprimento das exigências internacionais o país teria muitas restrições em fazer comércio com os países integrantes da IMO. Neste cenário a CESPORTOS e a GPort desempenham um papel importantíssimo na proteção e no policiamento do cais santista, tanto para que as mercadorias cheguem no prazo aos terminais e para que os moradores da região possam se deslocar aos seus destinos com o menor impacto possível do porto em suas vidas. Como visto, nos últimos anos o porto santista se tornou um dos maiores *hubs* de exportação de drogas para a Europa, com aumento recorde anual de apreensões de cocaína, tendo destaque neste contexto o trabalho da CESPORTOS em conjunto da GPort no policiamento ostensivo do porto santista, pois somente com o aumento das fiscalizações e investimentos nesse setor é que se poderá diminuir o tais ilícitos, de modo a ser assegurado o direito humano à segurança pública bem como a manutenção de uma rede internacional de cooperação em prol da segurança portuária.

Referências

1. Brasil. Plano Nacional de Segurança Pública Portuária. 2002.
2. CONPORTOS. Resolução nº 52, de 20 de dezembro de 2018.
3. Araújo de Lima D. Sistema de Segurança Portuária - Código ISPS. Rio de Janeiro, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Naval e Oceânica) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.